O IMPACTO DA COVID-19 NO ÂMBITO DO DIREITO DO TRABALHO E DO DIREITO PREVIDENCIÁRIO: A PROTEÇÃO SOCIAL E PREVIDENCIÁRIA AO TRABALHADOR ACOMETIDO PELA COVID-19 E SÍNDROME PÓS-COVID

Francisco de Assis Pessoa Júnior (franciscoapj@gmail.com)

Aluno de graduação do curso de Direito da FAACZ.

Horácio Aguilar da Silva Ávila Ferreira (horacio@fsjb.edu.br)

Professor de Direito do Trabalho e Prática Jurídica Trabalhista da FAACZ

RESUMO

A Covid-19 teve surgimento na cidade de Wuhan, China, no final de 2019, vindo a ser considerada pandemia pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em março de 2020. Dentre os diversos sintomas estão quadros de pneumonia, febre, cansaço e fadiga. A pandemia de Covid-19 abalou não somente o sistema de saúde mundial, mas também todo o arcabouço econômico e social. A situação perdura não apenas na infecção, mas também para além da recuperação, uma vez que a maioria dos pacientes recuperados poderá apresentar a chamada síndrome pós-covid, que acarreta sequelas como fadiga e cansaço permanentes, dificuldade de raciocínio, etc. O estudo busca apontar o impacto da doença para o Direito do Trabalho e Direito Previdenciário, sua classificação como doença ocupacional e, em razão disso, verificar quais os benefícios previdenciários são cabíveis. Considerando, ainda, a responsabilidade objetiva do empregador na prevenção da contaminação da Covid-19.

PALAVRAS-CHAVE: Covid-19, síndrome, pós-covid, direito, trabalho.

INTRODUÇÃO

O Direito do Trabalho é o ramo do Direito que tem como intuito tutelar a proteção dos direitos dos trabalhadores. Da mesma forma o Direito Previdenciário, que tem como alicerce a busca pela proteção social dos trabalhadores segurados que se encontram em situação de risco social.

O Direito do Trabalho busca o coletivo social, com intuito de trazer melhorias para a situação dos trabalhadores em relação ao quesito social e também através da proteção dessa classe, bem como das minorias e dos indivíduos considerados como hipossuficientes. Já o Direito Previdenciário tem como objetivo assimilar os princípios, normas constitucionais e a legislação em geral acerca da contribuição da Previdência Social e as prestações previdenciárias concedidas aos beneficiários.

Ambas as searas, e também o Direito como um todo, perpassam por alterações motivadas pela constante mutação a que está vinculada a sociedade, resultando em seu progresso e na consequente evolução do Direito.

Nessa toada, também encontra amparo como sendo uma maneira de tornar possível que haja essa evolução na seara trabalhista e previdenciária, as alterações nas relações de trabalho trazidas pela Covid-19, uma vez que a doença, por vezes, resulta em uma redução ou até mesmo na incapacidade laboral de muitos trabalhadores acometidos pela doença não somente durante a infecção, mas também na forma de sequelas que permanecem após a recuperação.

O presente artigo busca realizar uma análise histórica e social acerca da Covid-19 e seu impacto na vida dos trabalhadores que tiveram alterações em suas relações de trabalho devido à doença ou às sequelas deixadas por ela após terem contraído o novo coronavírus (SARS-CoV-2). Com isso, tem-se o intuito de examinar, à luz da legislação, doutrina e jurisprudência, quais as proteções sociais e previdenciárias seriam garantidas ao trabalhador que de alguma forma teve sua atuação no setor profissional abalada em razão da doença, bem como avaliar a forma como o mercado de trabalho vem atuando diante da situação apresentada tendo em vista a situação de calamidade pública em razão da pandemia.

Dessa forma, além do conceito e histórico da Covid-19, expõe-se a tipificação legal concernente ao trabalhador acometido por enfermidades e a sua reinserção no mercado de trabalho considerando seus direitos e também os deveres do empregador. E, desse modo, identificar a correlação entre os temas e os impactos para os trabalhadores que foram acometidos pela Covid-19, e que, em alguns casos apresentam sequelas deixadas pela doença, a chamada síndrome pós-Covid.

Para a realização deste estudo, foi utilizado o método de pesquisa explicativa com a finalidade de analisar o atual panorama da Covid-19 e da síndrome pós-Covid e o impacto ocasionado na atuação profissional de trabalhadores acometidos. Para isso, foi realizada pesquisa de estudos acerca da doença, seus sintomas e suas possíveis sequelas para o paciente após sua recuperação, bem como as consequências perante o Direito do Trabalho e Direito Previdenciário de forma descritiva.

Diante disso, foram examinadas questões como o histórico da Covid-19, suas características, sintomas, possibilidades de recuperação e sequelas que podem se apresentar na chamada síndrome pós-Covid, podendo vir a ser considerada como doença ocupacional. Nesse sentido, também foram examinados os aspectos legais da doença ocupacional, os benefícios previdenciários disponíveis aos trabalhadores acometidos, a saber, auxílio-doença e auxílio-acidente; bem como a análise do artigo 29 da Medida Provisória nº 927/2020 em comparação com a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 6380. E, por fim, a situação dos trabalhadores acometidos pela Covid-19 e síndrome pós-Covid.

1 – COVID-19: BREVE HISTÓRICO DA DOENÇA E SUAS CARACTERÍSTICAS

A Covid-19 teve seus primeiros casos notificados inicialmente na cidade de Wuhan, na China. Em 31 de dezembro de 2019 a Organização Mundial de Saúde (OMS) foi notificada a respeito de casos de pneumonia que poderiam ser causados por uma nova cepa de Coronavírus que posteriormente veio a ser denominado SARS-Cov-2. Em janeiro de 2020, a OMS decreta situação de emergência de saúde pública e em 11 de março do mesmo ano, declara a situação como pandemia (SOUZA, 2020).

O vírus SARS-CoV-2 ocasiona uma infecção respiratória aguda potencialmente grave, com alta taxa de transmissibilidade e que se encontra distribuído mundialmente (BRASIL, 2021). A doença pode gerar quadros de pneumonia podendo se desenvolver em uma forma mais gravosa em indivíduos com mais de 50 anos de idade, com problemas respiratórios, doenças cardíacas e renais (TANIGUCHI, 2020)

De acordo com a Organização Pan-Americana de Saúde (2020), a Covid-19 tem como principais sintomas: febre, cansaço e tosse seca. Além disso, os pacientes podem apresentar dores, congestão nasal, dor de cabeça, conjuntivite, dor de garganta, diarreia, perda de olfato e/ou paladar, erupções cutâneas ou descoloração dos dedos.

Casos mais graves da doença podem levar à internação em Unidades de Terapia Intensiva (UTI) e tais casos, após a cura, são os que mais debilitam o organismo a longo prazo, não obstante os casos leves também são capazes de deixar sequelas prolongadas. Sendo que as principais sequelas pós-Covid são: fadiga, falta de ar, dores de cabeça, dores musculares, perda de paladar e

olfato, tontura, trombozes, palpitações, depressão, ansiedade e dificuldades de raciocínio, fala e memória (Pinheiro, 2021).

De acordo com Cunha (2021), cerca de 80% dos pacientes curados apresentarão algum sintoma da síndrome pós-Covid nos meses após a recuperação, sendo que quanto mais grave foi o quadro do paciente, mais provável que ele desenvolva sequelas, que podem perdurar por um longo período. Pinheiro (2021) afirma que foram criados programas voltados à reabilitação de pacientes acometidos pela chamada síndrome pós-covid, sendo necessário acompanhamento médico, psicológico, fisioterápico, entre outros.

Destaca-se que quando a infecção por Covid-19 for provocada em virtude das condições especiais de trabalho, é atribuída à doença o status de doença ocupacional, de acordo com entendimento da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia emitido pelo órgão por meio de nota técnica (SANTOS, 2022).

Cabe destacar ainda, que, da mesma forma, a 5ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (RS) reconheceu que a Covid-19 se enquadrava como doença ocupacional no caso concreto referente a uma auxiliar de higienização de um hospital que adquiriu a doença não havendo por parte do empregador comprovação de que foram realizados protocolos de segurança capazes de impossibilitar a infecção pela doença (TRT-4, 2022).

Com isso, é notório que a infecção causada pelo vírus SARS-CoV-2, traz uma gama de sintomas que podem se tornar agravantes em alguns casos, podendo perdurar mesmo após a cura por determinado período de tempo. Tais sintomas ocasionam uma redução na qualidade de vida do empregado e, conseqüentemente, afeta diretamente a sua capacidade para exercer de forma habitual o seu labor.

2 – DOENÇA OCUPACIONAL: ASPECTOS LEGAIS DO DIREITO DO TRABALHO

A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) assevera em seu artigo 157, inciso II que: “Art. 157 - Cabe às empresas: [...] II - instruir os empregados, através de ordens de serviço, quanto às precauções a tomar no sentido de evitar acidentes do trabalho ou doenças ocupacionais”.

A doença ocupacional pode vir a incapacitar o trabalhador em sua atuação laboral ou ainda reduzir sua capacidade de exercer a atividade da mesma forma que anteriormente à doença. Ela pode ser dividida em doença profissional, quando ocasionada pelo exercício de determinada atividade, e em doença do trabalho, quando é ocasionada mediante as condições do ambiente de trabalho (AMORIM, 2020).

Segundo Lazzari e Castro (2021), a doença profissional é decorrente de situações comuns inerentes a trabalhadores de certa categoria, estando descrita pelo Anexo II do Decreto nº 3.048/1999 ou, ainda, mediante comprovação do nexos causal entre a doença e a lesão mesmo que não conste no rol já mencionado. E, ainda segundo os autores, a doença do trabalho é ocasionada em razão de determinadas condições especiais de como o trabalho é realizado também estando previstas na relação do Anexo II do supracitado dispositivo legal, ou assentida pela Previdência.

Para Monteiro (2020) existe ainda a possibilidade de ocorrer acidentes do trabalho por equiparação, os quais se relacionam de forma indireta com a atividade. Para o autor, outros fatores podem incidir como causa da lesão ou doença, as chamadas concausas. O ordenamento jurídico brasileiro fixa algumas situações de concausa no art. 21 da Lei 8.213/1991, como por exemplo “o acidente ligado ao trabalho que, embora não tenha sido a causa única, haja contribuído diretamente para a morte do segurado, para redução ou perda da sua capacidade para o trabalho, ou produzido lesão que exija atenção médica para a sua recuperação” (BRASIL, 1991)

Salienta-se que não apenas a doença adquirida dentro do ambiente de trabalho, ou as lesões causadas ao trabalhador em decorrência de suas atividades laborativas é que são consideradas doença ocupacional ou acidentes de trabalho, garantindo aos trabalhadores, tratamento diferenciado frente à esfera previdenciária.

Importante analisar que, nas circunstâncias de recuperação da capacidade laborativa, mas como a manutenção de sequelas que a reduzam, é devido ao trabalhador o recebimento do benefício do Auxílio-Acidente, nos termos do artigo 86 da Lei nº 8.213/1991, que diz:

Art. 86. O auxílio-acidente será concedido, como indenização, ao segurado quando, após consolidação das lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza, resultarem sequelas que impliquem redução da capacidade para o trabalho que habitualmente exercia.

Em que pese, o auxílio-acidente ser cabível em qualquer tipo de acidente, não somente quando do acidente de trabalho ou doença ocupacional, mister se faz entender se cabe ao trabalhador ser beneficiário do auxílio-acidente nos casos em que apresente a síndrome pós-covid de maneira a afetar o seu rendimento laboral, entendendo ainda o seu significado e sua relação como trabalho. Considerando o exposto, e com intuito de verificar a relação da Covid-19 como doença ocupacional, destaca-se o estudo realizado por um grupo de cientistas da Gerência de Informações Estratégicas de Saúde, da CONECTA-SUS, que aborda a Síndrome Pós-Covid em uma relação com a denominada PICS, ou Síndrome Pós Cuidados Intensivos e, afirmando que esta é “descrita como problemas de saúde que permanecem após uma doença crítica, e podem envolver o corpo, os pensamentos, os sentimentos ou a mente do paciente e a família. (DOURADO et al, 2020)

Citando a SCCM, ou Sociedade Médica de Cuidados Críticos, referidos pesquisadores (SCCM, 2013 *apud* DOURADO et al, 2020) apontam como principais sintomas seriam, “fraqueza muscular prolongada, disfunção cognitiva e outros problemas de saúde mental”. Pesquisadores italianos identificaram que a fadiga e a dispneia são sequelas consideradas frequentes nos pacientes que foram acometidos pela Covid-19, expondo que cerca de 87,4% apresentaram algum sintoma, após a recuperação (CARFI et al, 2020).

Um outro grupo de pesquisadores, ainda analisa as sequelas psicológicas decorrentes não apenas da doença, mas também do contexto de pandemia. Isolamento social, quarentena, internação para tratamentos intensivos acabam criando sequelas para os pacientes tratados como ansiedade, depressão, sentimento de desamparo e até incertezas sobre o futuro (CAMPOS, et al).

Portanto, sendo passível a ocorrência da doença e possíveis sequelas pós-Covid, necessário entender o que aponta a legislação, a doutrina e a jurisprudência acerca da doença e sua relação com o trabalho, especialmente no tocante às proteções jurídicas garantidas aos indivíduos acometidos pela Covid-19 em matéria previdenciária.

3 – DIFERENCIAÇÃO ENTRE AUXÍLIO-DOENÇA E AUXÍLIO-ACIDENTE

A esfera previdenciária prevê a possibilidade de concessão de alguns benefícios por incapacidade laboral, quer seja parcial ou total, aos segurados, de acordo com o previsto pela Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

Inseridos nesta modalidade de benefícios previdenciários, encontram-se o auxílio-doença, cuja denominação foi alterada para auxílio por incapacidade temporária, e o auxílio-acidente, conforme o observado pelas alíneas “e” e “h”, do inciso I, do artigo 18 do dispositivo legal anteriormente mencionado:

Art. 18. O Regime Geral de Previdência Social compreende as seguintes prestações, devidas inclusive em razão de eventos decorrentes de acidente do trabalho, expressas em benefícios e serviços:

I - quanto ao segurado:

[...]

e) auxílio-doença;

[...]

h) auxílio-acidente;

Do mesmo modo se tem o amparo legal dos institutos supramencionados no inciso I do artigo 201 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, alterado pela Emenda Constitucional nº 103 de 2019, segundo segue:

Art. 201. A previdência social será organizada sob a forma do Regime Geral de Previdência Social, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenderá, na forma da lei, a:

I - cobertura dos eventos de **incapacidade temporária ou permanente** (grifo nosso) para o trabalho e idade avançada;

Dessa forma, cabe análise dos benefícios previdenciários mencionados tendo em vista sua conceituação, previsão legal e aplicabilidade aos segurados.

3.1 – Auxílio-doença (auxílio por incapacidade temporária)

Atualmente chamado de auxílio por incapacidade temporária, o auxílio-doença é uma benesse previdenciária que tem previsão legal na subseção V, nos artigos 59 à 63 da Lei 8.213/1991, dentre os quais se destaca o artigo 59, o qual apresenta a motivação para concessão do instituto, como pode se verificar a seguir:

Art. 59. O auxílio-doença será devido ao segurado que, havendo cumprido, quando for o caso, o período de carência exigido nesta Lei, ficar incapacitado para o seu trabalho ou para a sua atividade habitual por mais de 15 (quinze) dias consecutivos.

O auxílio por incapacidade temporária é considerado como sendo um benefício disponível ao segurado quando ele se encontrar sem condições para exercer suas atividades laborais normais, sendo de maneira temporária em razão de enfermidade ou ainda em situações em que há determinação médica que demande afastamento por um tempo superior ao previsto pela legislação, como, por exemplo, nos casos em que a gravidez é classificada como sendo de risco (LAZZARI E CASTRO, 2021).

A referida prestação previdenciária é concedida quando o segurado estiver incapacitado pelos motivos supramencionados por um período superior a 15 (quinze) dias, não sendo prestado nos casos em que o indivíduo se tornou segurado já sendo portador da enfermidade ou situação que dê ensejo à concessão do benefício em questão (VIANNA, 2022).

Segundo o evidenciado pelo autor Miguel Horvath Júnior (2011), tem-se que o período de carência do benefício é de 12 (doze) contribuições mensais para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), sendo que para o auxílio por incapacidade temporária demandado em razão acidentária não existe período de carência. Do mesmo modo, não há carência para os casos em que o segurado é portador de enfermidades previstas no rol do artigo 1º da Portaria Interministerial MPAS/MS nº 2.998/2001, a saber:

Art. 1º As doenças ou afecções abaixo indicadas excluem a exigência de carência para a concessão de auxílio-doença ou de aposentadoria por invalidez aos segurados do Regime Geral de Previdência Social - RGPS:

I - tuberculose ativa;

II - hanseníase;

III- alienação mental;

IV- neoplasia maligna;

V – cegueira;

VI - paralisia irreversível e incapacitante;

VII- cardiopatia grave;

VIII - doença de Parkinson;

IX - espondiloartrose anquilosante;

X - nefropatia grave;

XI - estado avançado da doença de Paget (osteíte deformante);

XII - síndrome da deficiência imunológica adquirida - Aids;

XIII - contaminação por radiação, com base em conclusão da medicina especializada; e

XIV - hepatopatia grave.

No que concerne ao valor atribuído ao segurado pelo benefício previdenciário, este consistirá em renda mensal equivalente a 91% (noventa e um por cento) do salário de benefício, sendo que para o segurado especial, a quantia aplicada passa a ser no total de um salário mínimo, tendo a renda mensal calculada com embasamento no salário de benefício (LAZZARI E CASTRO, 2021).

Por fim, entende-se, então, ser cabível o auxílio por incapacidade temporária aos segurados quando estes se encontrarem inaptos para dar continuidade ao seu exercício laboral em razão de determinada enfermidade ou outro fator determinado pelo médico que demande afastamento do trabalhador de suas atividades por um período maior de tempo.

3.2 – Auxílio-acidente

Como anteriormente citado, o auxílio-acidente é um benefício previdenciário previsto pelo artigo 86 da Lei nº 8.213/1991.

A citada benesse é concedida ao segurado como uma forma de indenização quando, após as lesões ocasionadas por acidente, independente de sua natureza, tiverem se consolidado restar presentes sequelas que acarretem na diminuição da capacidade laboral que o trabalhador exercia, ou ainda que se demande esforço para que se exerça tal atividade, e também na incapacidade de exercer a atividade habitual, mas que seja possível atuar em outra depois de reabilitado (VIANNA, 2022).

Importante se faz ressaltar que não cabe auxílio-acidente ao segurado quando ele demonstrar sequelas funcionais que não alterem sua capacidade laborativa na função exercida, ou ainda quando da mudança de função através de readaptação profissional oferecida pela empresa de maneira preventiva por motivos da inadequação do ambiente de trabalho (LAZZARI e CASTRO, 2021).

O Decreto nº 3.048, de 06 de maio de 1999 apresenta em seu anexo III o rol exemplificativo de eventos que dão ensejo ao segurado para que ele obtenha o direito ao auxílio acidente havendo demonstrado redução em sua capacidade laboral (HORVATH JUNIOR, 2011). O mesmo

dispositivo legal apresenta ainda em seu artigo 104 certa alteração ao artigo 86 da Lei nº 8.213/1991:

Art. 104. O auxílio-acidente será concedido, como indenização, **ao segurado empregado, inclusive o doméstico, ao trabalhador avulso e ao segurado especial** (grifo nosso) quando, após a consolidação das lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza, resultar sequela definitiva que, a exemplo das situações discriminadas no Anexo III, implique redução da capacidade para o trabalho que habitualmente exercia. (Redação dada pelo Decreto nº 10.410, de 2020)

Segundo aponta Horvath Júnior (2011), a intenção do auxílio-acidente é indenizar o segurado pela redução em sua renda ocasionada pela diminuição de sua capacidade laborativa, não sendo o benefício suspenso ainda que o trabalhador venha a recuperar tal capacidade. No entanto, ainda segundo o autor, a referida benesse previdenciária pode vir a ser extinta em determinadas ocasiões, a saber: concessão de uma das modalidades de aposentadoria do regime geral; atribuição de outro auxílio-acidente, prevalecendo o de maior valor; e tendo o segurado vindo a óbito.

O auxílio-acidente confere ao segurado um adicional de 50% (cinquenta por cento) do salário de benefício que originou o auxílio por incapacidade temporária, sendo de forma complementar e não substitutivo dos vencimentos mensais do trabalhador, podendo, ainda, o benefício vir a ter valor inferior ao do salário-mínimo (VIANNA, 2022).

Com isso, tem-se que no auxílio-acidente o trabalhador está apto para retornar para suas atividades laborais, porém as exerce de maneira reduzida, com prejuízos ou com um esforço maior que o habitual e que era anteriormente exercido. Fazendo jus, assim, a um valor de caráter indenizatório.

4 – A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 927/2020 E A AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE (ADI) 6380: NECESSIDADE DE DEMONSTRAÇÃO DO NEXO CAUSAL

4.1 – Nexo Causal:

Inicialmente, cabe apresentar a definição denexo causal ou relação de causalidade o qual foi inserido no ordenamento jurídico brasileiro por meio do Código Penal, mais especificamente em seu artigo 13 ao dizer que “o resultado, de que depende a existência do crime, somente é imputável a quem lhe deu causa. Considera-se causa a ação ou omissão sem a qual o resultado não teria ocorrido”.

Apesar de estar expresso no Código Penal, onexo causal está presente em diferentes esferas do Direito, atribuindo, assim, não apenas responsabilidade penal, mas também responsabilidade civil aos indivíduos em determinadas situações. Sendo que, em doenças ocupacionais, existe certa dificuldade em determinar onexo causal uma vez que o trabalhador pode vir a se expor a agentes causadores da doença em outros ambientes diversos daquele onde em que ele realiza suas atividades laborais (FACHINI, 2020).

Logo, onexo causal seria a conexão necessária para a ocorrência do fato, e sua consequente responsabilização.

4.2 – Medida Provisória nº 927/2020:

A Medida Provisória nº 927, de 22 de março de 2020 apresentou determinadas flexibilizações na seara trabalhista em razão da urgência trazida pelo Estado de Calamidade Pública ocasionado pela pandemia de Covid-19 e o alto risco de contágio, tendo como objetivo reprimir o grau de contágio, bem como abrandar os impactos nas relações trabalhistas devido a necessidade da prática do isolamento social imposto pela doença (SILVA, *et. al.*, 2020).

O artigo 29 da Medida Provisória 927/2020 apontava que “os casos de contaminação pelo coronavírus (Covid-19) não serão considerados ocupacionais, exceto mediante comprovação donexo causal”, ou seja, exigia-se que a contaminação também tenha relação direta com as atividades laborais do empregado.

4.3 – Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6380:

Por intermédio da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6380, o Supremo Tribunal Federal (STF) entendeu ser desnecessário que o ônus de comprovar onexo causal seja encargo do empregado e, assim, inverteu o ônus da prova passando a ser obrigação do empregador a comprovação da inexistência donexo causal, provando que a Covid-19 não foi adquirida no trabalho, do contrário a doença será reconhecida como doença ocupacional (MALESKI, 2021).

Diante disso, é perceptível que o posicionamento do órgão de instância superior eleva consideravelmente a responsabilidade objetiva do empregador, o qual deverá comprovar que forneceu os equipamentos de proteção individual necessários e também que realizou a fiscalização de sua utilização pelos empregados.

5 –SITUAÇÃO ATUAL DOS TRABALHADORES ACOMETIDOS PELA COVID-19

Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a seara trabalhista está sendo severamente afetada pela pandemia do Coronavírus, que não somente aflige a saúde pública como também o campo econômico e social afetando os meios de subsistência e o bem-estar da população em longo prazo. Diante disso, a OIT e seus constituintes buscam meios de combate à pandemia de forma a garantir a segurança dos trabalhadores, bem como a proteção das empresas e a manutenção dos empregos.

Nesse sentido, a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) também afirma que a pandemia de Covid-19 traz consigo, além dos impactos biomédicos e epidemiológicos, impactos de ordem social, econômico, político e cultural para o histórico das epidemias.

A Covid-19 pode se caracterizar como sendo uma doença do trabalho tendo em vista os ambientes e situações em que estão expostos os trabalhadores, isso mediante levantamento em face do histórico da doença, bem como da conjuntura ocupacional do trabalhador (AGUIAR, *et. al.*,2021).

Assim, é de extrema importância que os órgãos fiscalizatórios estejam atentos quanto à existência de trabalhadores acometidos pela infecção por Covid-19 e síndrome pós-covid e que, com isso, sofram com o descaso dos empregadores que possam atuar de forma a prejudicar os

empregados nessas condições, bem como avaliar a atual situação em que se encontram considerando suas relações empregatícias.

Devendo, ainda, os empregadores se aterem às recomendações da Organização Mundial da Saúde que mencionam sobre a realização de limpeza e higienização do ambiente de trabalho, além de incentivar a higienização das mãos e a sugestão de implementação do Teletrabalho; e, também, as obrigações da empresa em relação às normas de segurança, à medicina do trabalho e ao dever de instrução para evitar acidentes de trabalho ou doenças ocupacionais que deve ser prestado aos empregados, conforme preconiza a CLT (TST, 2020).

Segundo dados do Ministério do Trabalho, foram prestados 68.014 benefícios de auxílio por incapacidade temporária aos segurados em razão da Covid-19 nos meses entre janeiro a julho do ano de 2021 (WRIGT, 2022).

Diante do exposto, tem-se que ao segurado que tenha sido acometido pela Covid-19 é garantido o auxílio por incapacidade temporária, e, por vezes, em razão da síndrome pós-Covid, o segurado também é passível de ser beneficiado com o auxílio-acidente mediante demonstração da redução na sua capacidade laboral.

O supramencionado pode ser observado na jurisprudência, conforme visto a seguir no Recurso Ordinário Trabalhista: ROT Cível: AC 0020390-19.2020.5.05.0821, do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região TRT-4:

EMENTA. DOENÇA OCUPACIONAL. COVID-19.

Nos termos da legislação vigente, a infecção por COVID-19 do trabalhador somente será considerada doença ocupacional quando decorrer da exposição diferenciada ao vírus em razão da atividade desempenhada ou quando o empregador não demonstrar ter tomado todas as medidas de prevenção cabíveis.

E, ainda, no mesmo sentido, tem-se o julgado da Apelação: APL 0005818-56.2020.8.16.0083, do Tribunal de Justiça do Paraná TJ-PR, de 08 de julho de 2022, conforme segue como demonstrado:

EMENTA. APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. Ação de natureza acidentária. Pedido de concessão de auxílio-acidente. Sentença de procedência. Pedido administrativo realizado sob a vigência da Lei nº 13.982/2020, em razão da pandemia do covid-19. Possibilidade de requerimento do auxílio-doença na via judicial. Benefícios idênticos. Interesse de agir configurado. Autor juntou documentos pertinentes na via administrativa. Negativa indevida da autarquia federal. Mérito. Laudo pericial que atesta a redução da capacidade laboral para o trabalho habitual. Preenchimento dos requisitos do artigo 86, da Lei nº 8.213/91. Benefício devido. Não enquadramento da lesão no anexo III do Decreto 3.048/1999. Circunstância que não é impeditiva para concessão do benefício. Redução laborativa leve que não impede a concessão do benefício de auxílio-acidente. Tema 416 do STJ. Termo inicial. Tema 862, do STJ. Dia seguinte à cessação do auxílio-doença. Índices oficiais aplicáveis à caderneta de poupança. Correção monetária. Aplicação do INPC a partir da data do vencimento cada parcela. Precedente do STJ firmado no julgamento de recurso representativo da controvérsia. Recurso de apelação conhecido, ao qual se dá parcial provimento. Reexame necessário. Condenação inferior a mil salários-mínimos. Não conhecimento da remessa necessária. Inteligência do artigo 496, § 3º, inciso I, do CPC. Precedentes do Superior Tribunal de Justiça e desta câmara. (TJPR - 7ª C. Cível – 0005818-56.2020.8.16.0083 - Francisco Beltrão - Rel.: Juiz de Direito substituto em segundo grau Marcel Guimarães Rotoli de Macedo - j. 08.07.2022)

E, por fim, tem-se o julgado do Recurso Ordinário Trabalhista: ROT 0020437-38.2020.5.04.0030, do tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região TRT-4, de 11 de maior de 2022:

EMENTA. COVID-19 - DOENÇA OCUPACIONAL. NEXO CAUSAL. RESPONSABILIDADE DO EMPREGADOR. DEVER DE INDENIZAR. Constatado nexo causal entre a doença decorrente de complicações atribuídas ao vírus COVID-19 - as quais levaram a empregada ao óbito - e a atividade laboral por ela exercida no reclamado, exsurge o dever de indenizar do empregador. Caso concreto em que a atividade desenvolvida pelo empregado falecido o expunha a risco acentuado, o que tipifica a responsabilidade objetiva por danos decorrentes de acidente do trabalho. (TRT-4 - ROT: 00204373820205040030, Data de Julgamento: 11/05/2022, 5ª Turma)

6 – CONCLUSÃO

Tanto a Covid-19 quanto a síndrome pós-Covid trouxeram impactos significativos às relações de trabalho e às responsabilidades inerentes ao empregador quando há em seu quadro de funcionários trabalhador acometido pela enfermidade ou pela síndrome de forma a reduzir sua capacidade laboral ou ainda dificultar sua atuação profissional não mais a exercendo da forma que fazia antes da infecção por Covid-19.

Como forma de prevenção, é obrigação do empregador que se cumpra e faça cumprir com todas as normas de segurança e medicina do trabalho possíveis, com vistas à proteção dos empregados e em relação a evitar a propagação da Covid-19 no ambiente de trabalho. E também, realizar as

devidas instruções aos empregados para prevenir acidentes de trabalho e doenças ocupacionais conforme os ditames da legislação trabalhista.

Para a OIT, é preciso que haja um controle permanente das condições de saúde e segurança no trabalho aliadas à devida avaliação de riscos de maneira que possa garantir que a prevenção contra a Covid-19 esteja de acordo com o processo, o ambiente de trabalho, e com as peculiaridades de cada trabalhador.

Em suma, após a análise dos elementos probatórios e da responsabilidade objetiva inerente ao empregador, tendo a contaminação ocorrido no ambiente de trabalho, cabe ao empregado acometido pela infecção por Covid-19 o devido afastamento de suas atividades e ser agraciado pelo benefício por incapacidade temporária e, ainda, pelas sequelas advindas da infecção, caso não conseguir exercer sua atividade laboral de forma habitual após sua recuperação, cabe a ele o benefício previdenciário do auxílio-acidente.

8 – REFERÊNCIAS

1. AGUIAR, B. F.; SARQUIS, L. M. M.; MIRANDA, F. M. D. Sequelas da Covid-19: uma reflexão sobre os impactos na saúde do trabalhador. *Research, Society and Development*
2. AMORIM, G. do M., **Doença ocupacional: descubra quais são seus direitos**. Jus.com.br. 2020. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/83480/doenca-ocupacional-descubra-quais-sao-os-seus-direitos>>. Acesso em: 31 out. 2021.
3. ALVES, A. **Direitos Trabalhistas: História, Políticas e Reformas**. Em Discussão. UFOP. 2022. Disponível em: <<https://ufop.br/noticias/em-discussao/direitos-trabalhistas-historia-politicas-e-reformas>>. Acesso em: 07 out. 2022.
4. BRASIL. Decreto nº 3.048, de 06 de maio de 1999. **Aprova o Regulamento da Previdência Social, e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3048.htm>. Acesso em: 02 nov. 2022.
5. BRASIL. Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940. **Código Penal**. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro. 1940. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm>. Acesso em: 02 nov. 2022.
6. BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico. 1988.

7. BRASIL. **Medida Provisória nº 927, de 22 de março de 2020.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 2020. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/medida-provisoria-n-927-de-22-de-marco-de-2020-249098775>>. Acesso em: 31 out. 2022.
8. BRASIL. Ministério da Saúde. **O que é Covid-19? Saiba quais são as características gerais da doença causada pelo novo coronavírus, a Covid-19.** 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/o-que-e-o-coronavirus>>. Acesso em: 31 out. 2021.
9. BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 8.213, de 24 de março de 1991. Dispõe sobre os planos de benefícios da Previdência Social e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm>. Acesso em: 31 out. 2021.
10. BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 6.380/DF – Distrito Federal.** Relator: Ministro Marco Aurélio. 2020. Disponível em: <https://jurisprudencia.s3.amazonaws.com/STF/attachments/STF_ADI_6380_09d42.pdf?AWSAccessKeyId=AKIARMMD5JEAO67SMCVA&Expires=1667418228&Signature=JDyLyYSkwtKr8mmRqpbg%2FJkkK4I%3D>. Acesso em: 02 nov. 2022.
11. BRASIL. Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR). Apelação: APL 0005818-56.2020.8.16.0083. Ação de natureza acidentária. Pedido de concessão de auxílio-acidente. Relator: Juiz de Direito Substituto em Segundo Grau Marcel Guimarães Rotoli de Macedo. 08 de julho de 2022. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/tj-pr/1574256925>>. Acesso em: 24 nov. 2022.
12. BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região – TRT-4 (5. Turma). Recurso Ordinário Trabalhista 0020390-19.2020.5.04.0821. Doença ocupacional. Covid-19. Nos termos da legislação vigente, a infecção por Covid-19 do trabalhador somente será considerada doença ocupacional quando decorrer da exposição diferenciada ao vírus em razão da atividade desempenhada ou quando o empregador não demonstrar ter tomado todas as medidas de prevenção cabíveis. Recorrente: Luiz Felipe Alves Duarte. Recorrido: Marfrig Global Foods S.A. Relator: Roger Ballejo Villarinho 14 de julho de 2021. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/trt-4/1247840285/inteiro-teor-1247840295>>. Acesso em: 24 nov. 2022.
13. BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região – TRT-4 (5. Turma). Recurso Ordinário Trabalhista 0020437-38.2020.5.04.0030. Covid-19 – Doença ocupacional. Nexo Causal. Responsabilidade do empregador. Dever de indenizar. Recorrente: Juan Julio Caceres. Recorrido: Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. 10 de maio de 2022. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/trt-4/1496993912/inteiro-teor-1496993941>>. Acesso em: 24 nov. 2022.
14. CAMARANO, A. A.; FERNANDES, D. A **Previdência Social Brasileira.** In: ALCÂNTARA, A. DE O.; CAMARANO A. A.; GIACOMIN K. C. **Política Nacional do Idoso: velhas e novas questões.** Rio de Janeiro : Ipea, 2016. p. 265-294. Disponível em: <<https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9096>>. Acesso em: 30 out. 2022.
15. CAMPOS, et al. **Carga de doença da COVID-19 e de suas complicações agudas e crônicas: reflexões sobre a mensuração (DALY) e perspectivas no Sistema Único de Saúde.** Cadernos de Saúde Pública, v.36, n.11, 2020.

16. CARFI, et al. **Persistent Symptoms in Patients After Acute COVID-19**. JAMA, v.324, n.6, p. 603–605. 2020.
17. CASSAR, V. B. **Direito do Trabalho**. 14 ed. Rev. atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2017.
18. CUNHA, S. **O Cuidado com o trabalhador vítima da Covid-19 não acaba com a infecção**. SEGS. 2021. Disponível em: <<https://www.segs.com.br/saude/291072-o-cuidado-com-o-trabalhador-vitima-da-covid-19-nao-acaba-com-a-infeccao>>. Acesso em: 01 nov. 2021.
19. DOURADO, P., RAMOS, A., LIMA A., VIEIRA L., **Síndrome Pós-Covid**. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwjD2KTXk_vzAhWFpJUCHahGBlgQFnoECAQQA&url=https%3A%2F%2Fwww.saude.go.gov.br%2Ffiles%2F%2Fbanner_coronavirus%2Fprotocolos-notas%2FS%25C3%25ADnteses%2520de%2520Evid%25C3%25AAncias%2F2020%2FS%25C3%25ADndrome%2520P%25C3%25B3s%2520COVID-19.pdf&usg=AOvVaw2PZZyZsc0_2rR8ubkGmZXL>. Acesso em: 02 nov. 2021.
20. FACHINI, T. **Nexo causal: conceito e aplicação nas áreas do Direito**. Projuris. 2020. Disponível em: <<https://www.projuris.com.br/blog/nexo-causal/#h-o-que-e-o-nexo-causal>>. Acesso em: 02 nov. 2022.
21. FIOCRUZ. Fundação Oswaldo Cruz. **Impactos sociais, econômicos, culturais e políticos da pandemia**. Disponível em: <<https://portal.fiocruz.br/impactos-sociais-economicos-culturais-e-politicos-da-pandemia>>. Acesso em: 31 out. 2021.
22. HORVATH JUNIOR, M. **Direito Previdenciário**. Barueri, São Paulo: Manole, 2011. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788520444375/pageid/5>>. Acesso em: 29 out. 2022.
23. LACERDA, L. P.; MARINO, L. H. F. DE C. **A evolução do Direito do Trabalho como um direito fundamental e os reflexos da globalização**. Regrad. UNIVEM, Marília, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 259-284, out. 2017. Disponível em: <<https://revista.univem.edu.br/REGRAD/article/view/2191>>. Acesso em: 07 out. 2022.
24. LAZZARI, J. B.; CASTRO, C. A. P. D. **Direito Previdenciário**. 2 ed. Rio De Janeiro: Forense. Método, 2021. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530990756/>>. Acesso em: 07 out. 2022.
25. MALESKI, J. L. **A concessão de auxílio-acidente por síndrome pós-covid**. Jus.com.br. 2021. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/88251/a-concessao-de-auxilio-acidente-por-sindrome-pos-covid>>. Acesso em: 31 out. 2021.
26. MELO, R. S. de. **Covid-19 pode ser considerada doença do trabalho?** Consultor Jurídico. 2021. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2021-ago-20/reflexoes-trabalhistas-covid-19-considerada-doenca-trabalho>>. Acesso em: 01 nov. 2021.

27. MONTEIRO, A. L. **Acidentes do trabalho e doenças ocupacionais**. Antonio Lopes Monteiro, Roberto Fleury de Souza Bertagni. 10 ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553619009/pageid/49>>. Acesso em: 30 out. 2022
28. TANIGUCHI, N. BRASIL. Fiocruz. **Covid-19: ponto a ponto sobre o novo coronavirus**. 2020. Disponível em: <<https://www.fiocruzbrasil.fiocruz.br/covid-19-ponto-a-ponto-do-novo-coronavirus/>>. Acesso em: 31 out 2021.
29. Organização Internacional do Trabalho (OIT). **Garantir a segurança e saúde no trabalho durante a pandemia**. Disponível em: <https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---europe/---ro-geneva/---ilo-lisbon/documents/publication/wcms_744845.pdf>. Acesso em 01 nov. 2021.
30. Organização Mundial da Saúde (OMS), Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS). **Folha informativa sobre Covid-19**. 2020. Disponível em: <<https://www.paho.org/pt/covid19>>. Acesso em 31 out. 2021.
31. PINHEIRO, C. **Síndrome pós-Covid: como detectar e tratar os sintomas mais persistentes. As sequelas do coronavírus podem afetar a qualidade de vida e até ameaçar a vida. Entenda por que, mesmo após a cura, nenhum mal-estar deve ser menosprezado**. Rev. Veja. Saúde. 2021. Disponível em: <<https://saude.abril.com.br/medicina/sindrome-pos-covid-como-detectar-e-tratar-os-sintomas-mais-persistentes/>>. Acesso em: 31 out. 2021.
32. SANTOS, R. **TRT-4 reconhece Covid-19 como doença ocupacional e condena hospital**. Consultor Jurídico. 2022. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2022-ago-14/trt-reconhece-covid-19-doenca-ocupacionale-condena-hospital#:~:text=A%20Secretaria%20Especial%20de%20Previd%C3%Aancia,de%20condi%C3%A7%C3%B5es%20especiais%20de%20trabalho.>>. Acesso em: 02 nov. 2022.
33. SILVA, L. R. DE M.; ECCARD A. F. C.; TEZA, J. A. **Comentários à Medida Provisória 927/2020 e o trabalho na era pós-pandêmica**. Direito em Movimento. Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 129-138, 2020. Disponível em: <<http://emerj.com.br/ojs/seer/index.php/direitoemmovimento/article/view/269/73>>. Acesso em: 02 nov. 2022.
34. SOUZA, D. de O. **A Pandemia de COVID-19 Para Além das Ciências da Saúde: Reflexões Sobre Sua Determinação Social**. Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro, v. 25, jun. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232020006702469>. Acesso em: 31 out. 2021.
35. TRT-4. Justiça do Trabalho. Tribunal da 4ª Região (RS). **5ª Turma do TRT-4 reconhece natureza ocupacional da Covid-19 e condena hospital a indenizar auxiliar de higienização**. 2022. Disponível em: <<https://www.trt4.jus.br/portais/trt4/modulos/noticias/515360#:~:text=%E2%80%9CN%C3%A3o%20havendo%20comprova%C3%A7%C3%A3o%20de%20que,havido%E2%80%9D%2C%20observou%20o%20relator.>>. Acesso em: 02 nov. 2022.

36. TST. Tribunal Superior do Trabalho. **Especial Coronavírus: como ficam as relações de trabalho?** 2020. Disponível em: <<https://www.tst.jus.br/-/especial-coronavirus-como-ficam-as-relacoes-de-trabalho>>. Acesso em: 01 nov. 2022.
37. VIANNA, J. E. A. **Direito Previdenciário**. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2022. Disponível em: <[https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597024029/epubcfi/6/10\[%3Bvnd.vst.idref%3Dcopyright\]!/4/32/10/1:22\[al%20%2C%E2%80%93%20L\]](https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597024029/epubcfi/6/10[%3Bvnd.vst.idref%3Dcopyright]!/4/32/10/1:22[al%20%2C%E2%80%93%20L])>. Acesso em: 30 out. 2022.
38. WRIGT, J. R. Covid-19: trabalhador tem direito ao auxílio-doença? Rede Jornal Contábil. 2022. Disponível em: <<https://www.jornalcontabil.com.br/covid-19-trabalhador-tem-direito-ao-auxilio-doenca/>>. Acesso em: 02 nov. 2022.